

SOB O SIGNO DA VERDADE: BALANÇO E PERSPECTIVAS

Manuel Maria Carrilho

1.

JORNALISMO – AGONIA OU METAMORFOSE?

Quando queremos transformar um estado de coisas, convém analisá-lo com conhecimento e abordá-lo com perspectiva – e, se assim fizermos, a questão que se coloca hoje ao jornalismo, é a de saber se, por trás de uma nobre palavra que a história associou a algumas das mais belas conquistas e aspirações da humanidade (a isenção, a verdade, o pluralismo, o rigor, etc) não se instalou nos últimos anos uma actividade que já pouco ou nada tem a ver com elas, e que agora visa mais o lucro do que a verdade, se condiciona mais por múltiplos interesses do que por sólidos valores, que, em suma, se pensa fundamentalmente como uma mercadoria.

E ainda se, em paralelo com esta enorme e tão subavaliada transformação, não está em curso uma outra mutação, que promove de um modo ainda impreciso – mas aparentemente imparável – sobre as ruínas da democracia dos partidos, um novo partido de tipo também inédito, que a concentração dos meios de comunicação tornou simultaneamente possível, invisível e eficaz: o partido dos media.

Esta hipótese tem, nos últimos tempos, merecido cada vez mais acolhimento e análise, que vão em geral no sentido do que Elisabeth Levy afirmou lapidariamente num dos últimos números da revista *Le Débat*, justamente dedicado a pensar a «natureza» da sociedade que os media, em boa parte, constituem. Ela foi muito clara, na sua perspectiva o que hoje acontece é que «o jornalismo morre. E o partido dos media triunfa.» (*Le Débat*, nº 138, pag. 75)

Não tenho quaisquer dúvidas que é neste ainda nebuloso enunciado que se encontra a chave que nos permitirá compreender e enfrentar os principais dilemas da democracia no começo do séc.XXI, e que será ela que dará a resposta à questão central, civilizacional, de saber que tipo de metamorfose está afinal em curso, de saber em que é que se está a transformar o jornalismo, de saber que formas tomará a democracia quando o antigo 4º poder (que se chegou a imaginar como contra-poder, é bom lembrá-lo!) assume cada vez mais junto da sociedade o papel funcional de um primeiríssimo poder, e até talvez o papel “ideológico” dos partidos tradicionais, dispensando, contudo – e esta diferença faz toda a diferença - a prova dos votos.

São estes os problemas de fundo para que o meu livro *Sob o Signo da Verdade* aponta, problemas nucleares da nossa democracia, como de resto eu já tinha tido ocasião de sinalizar quando, em 11 de Abril último, introduzi a conferência/debate de Jean-Marie Colombani, director do jornal *Le Monde*, na Universidade Nova de Lisboa. Nessa altura citei uma artigo de Vicente Jorge Silva, que pouco antes - no *DN* de 29/03/06 - escrevera que «nunca como agora me pareceu que a condição do jornalista estivesse tão permeável à degradação dos padrões éticos e profissionais – e, por isso mesmo, tão vulnerável à pressão intrusiva dos poderes (político, judicial, económico) que visam condicionar, tutelar e submeter a actividade jornalística a uma lógica que lhe é estranha, destruindo a sua autonomia, instrumentalizando a sua função mediadora, promovendo a promiscuidade com outros géneros e convertendo o jornalista num servil agente propagandístico de interesses alheios ao seu estatuto na sociedade.»

E depois de ligar esta situação com a desregulação do audiovisual português e as suas múltiplas e gravíssimas consequências, e de diagnosticar a generalização da “tabloidização informativa”, V.J.Silva conclui afirmando não ser «tolerável assistir impavidamente à agonia de uma profissão essencial à vitalidade democrática e cívica de um país, aceitar a promiscuidade das funções sindicais com as funções deontológicas, admitir a existência de um organismo anedótico chamado “Comissão da Carteira” , ou ainda condescender com todos os outros humilhantes sinais de menoridade e desordem que condenam o jornalismo à irrelevância, ao desprezo, à servidão.»

O meu livro apenas tornou mais sensível, mais visível, e também, certamente mais incómodo, este diagnóstico, uma vez que o exemplificou com inúmeros casos concretos,

que, até hoje – o que só por si é um dado extraordinariamente revelador! - ninguém desmentiu.

2.

REACÇÕES

As primeiras reacções ao meu livro *Sob o Signo da Verdade* foram, nos múltiplos sinais de uma aflita inquietação, não só a melhor prova da sua **oportunidade**, mas também da sua **justificação** e da sua **fundamentação**. Elas não me surpreenderam, muito pelo contrário - mas eu não tinha antecipado que elas pudessem ajudar tanto, e tão rapidamente, a credibilizar o meu livro e o que nele eu conto.

O ponto é, muito claramente, este: a comunicação social tornou-se, em Portugal, num sector dominado por uma corporação que se habituou a viver na mais total impunidade, apoiando-se para o efeito, por um lado, no permanente ritual de uma **suspeita** que dirige sobre todos os outros, e nomeadamente sobre os políticos; e, por outro lado, numa abstracta e ilimitada exigência de **transparência** que, sem ponderação nem critério, disseminou de um modo avassalador por toda a sociedade, abalando assim as bases da convivialidade democrática que são, numa democracia representativa, a **confiança** nos eleitos e a **responsabilidade** deste perante os cidadãos.

Era fácil prever os nefastos efeitos desta situação. Com o tempo, e com uma justiça tão lenta e ineficaz como a portuguesa, este sector tornou-se numa tentação para a delinquência que, a pouco e pouco, tomou proporções gigantescas. Como o afirmou o jornalista Manuel António Pina, «nunca como hoje houve tanta canalhice e tanta impunidade nos jornais e na informação televisiva (pelo menos nos 35 anos que levo de jornalismo). E nunca como hoje os homens e mulheres sérios que há no jornalismo tiveram, face à delinquência triunfante, tantos motivos de vergonha» (*Jornal de Notícias*, 25/05/06).

As primeiras reacções à publicação do meu livro apenas reforçaram a crueza deste diagnóstico, eles mostraram bem que a lei de Gresham - isto é, a vitória da má moeda sobre a boa - tende, neste momento, a triunfar em Portugal. Se a situação é, ou não, irreversível, é o que falta ver, e isso está - embora não só - na mão de todos os jornalistas e, sobretudo, dos bons jornalistas. Este é, a meu ver, o principal desafio que a democracia

portuguesa enfrenta neste momento, que a coloca face a uma opção sem ambiguidades entre a sua regeneração e revitalização, ou a sua degradação e empobrecimento.

Nunca, entre nós, se tinha visto nada de igual, ou sequer de semelhante, com a edição de um livro. Mal um anúncio da publicação de *Sob o Signo da Verdade* apareceu no jornal *Público*, cinco dias antes do seu lançamento, logo se criou um enorme alvoroço que nos dias seguintes não parou de crescer, com uma pressão inédita e inaudita sobre a sua editora e o seu autor, com vista a descobrir o seu conteúdo.

Este alvoroço trazia consigo uma confissão óbvia: era a das consciências pesadas, que bem sabiam o que tinham feito, ou visto fazer, na campanha de Lisboa, entre Abril e Outubro de 2005. E a inquietação do sector traduziu-se em tudo o que é truque, ou mesmo ameaça, para se conseguir um exemplar do livro antes da anunciada data do seu lançamento, a 11 de Maio. Mas nada conseguiram, face à excelente organização da editora e a discricção de todos – e muitos foram - os envolvidos na produção e no lançamento do livro.

A façanha foi todavia conseguida às 0 horas do próprio dia 11: o noticiário da *SicNotícias* da meia-noite abriu então com a «catcha» do livro, logo seguida de um longo comentário de cerca de 14 minutos do director do canal, Ricardo Costa, que numa catadupa de insinuações improvisadas e de calculadas mentiras, procurou sacudir a responsabilidade pelo comportamento sectário e manipulador do seu canal, e dele próprio, nas eleições de Lisboa, em 2005, que pormenorizadamente descrevo no meu livro.

A situação criada deu o melhor dos retratos do estado a que chegou muito do jornalismo que hoje se faz em Portugal: a *SicNotícias* abria o noticiário da meia-noite com o seu director a atacar um livro que ainda ninguém conhecia, e a fazê-lo com base em aldrabices e insultos pessoais. Depois, durante os noticiários seguintes, esta estação repetiu até à exaustão este número “albanês”, coisa absolutamente impensável e intolerável em qualquer estado de direito que se preze. Como muito bem disse o juiz Rui Rangel «em matéria de ética e de deontologia, Ricardo Costa falhou estrondosamente, tendo usado e abusado da sua televisão, com tempo excessivo, sem contraditório e sem isenção para zurzir Carrilho. Escolheu um método e uma forma que estão nas antípodas do jornalismo sério, isento e responsável» (*Correio da Manhã*, 21/05/06)

Este comportamento só se alteraria com o lançamento do livro, cerca das 19 h do dia 11 de Maio. Antes de eu apresentar o *Sob o Signo da Verdade*, E. Rangel fez uma intervenção

contudente, tendo afirmado com o desassombro que o caracteriza que «há jornalistas que se vendem e prostituem na praça pública, (...) e que há agências de comunicação com jornalistas avençados das formas mais variadas para o serviço sujo, para silenciar e comprar estratégias comunicacionais, para fabricar heróis, construir imagens positivas ou para destruir a imagem de alguém».

E mais, sublinhando que o mau jornalismo tem vindo a impôr-se e a ganhar muitas batalhas ao bom jornalismo, E.Rangel acrescentou ainda que «existe uma canalha que frequenta as televisões, as rádios e os jornais que não respeita nada nem ninguém. Faz notícia, gere informação, opina, interpreta e analisa, não de acordo com as normas jornalísticas, não de acordo com códigos de conduta, mas segundo regras de interesse próprio e ditames de ódios encapuçados na sociedade portuguesa».

Depois do lançamento do livro, tudo evoluiria num sentido ainda mais pateticamente clarificador sobre o actual estado das coisas no nosso jornalismo, uma vez que, a partir de então, a *SicNotícias* entrou em debate quase permanente sobre o livro, debate absolutamente *sui generis* uma vez que era feito com a colaboração de comentadores que, com uma única excepção (a de Eduardo Cintra Torres) falavam sobre ele mas confessavam – como se isso não constituísse qualquer óbice! – não o ter lido: Nuno Rogeiro, Miguel Gaspar, Lobo Xavier, Narana Coissoró, José Manuel Fernandes, bem como os «pivot» João Adelino Faria, Ana Lourenço e Mário Crespo. Rogeiro chegou mesmo a comentar o “prefácio” de Saramago, que não existe, e a lamentar a ausência de “autocrítica”, que é objecto de todo um capítulo no livro!

Todos eles – e muitos outros – estiveram horas no ar, em geral enquadrados por uma barra fixa que, na parte inferior do ecrã, anunciava «*Sob o Signo da Verdade*, de Manuel Maria Carrilho em análise» sem nada terem lido, enganando os espectadores, difundindo uma ideia falsa sobre o livro, e sugerindo que não valia a pena lê-lo!... Rogeiro chegou mesmo a pronunciar-se sobre o “prefácio” de Saramago ao livro, prefácio que simplesmente não existe, e a lamentar a ausência de uma auto-crítica, quando existe todo um capítulo que lhe é dedicado...e é assim mesmo intitulado. O modelo de “informação” do arrastão videológico, exposto no meu livro, repetia-se assim, e a manipulação da informação que teve o seu expoente máximo no caso do (não)aperto de mão, denunciava-se uma vez mais...manifestamente sem emenda!

Nos jornais, o tom dominante também foi inicialmente este: o impulso da deformação ou da mordação através da desvalorização do conteúdo, do faz-de-conta em relação aos factos, aos nomes, aos casos relatados no livro. Mas, desta vez, as coisas correram mal à matilha: outras leituras começaram a aparecer e a impor-se, como, entre muitas, as de Inês Pedrosa, José Medeiros Ferreira, Mário Mesquita, Eugénio Lisboa, Manuel António Pina, Eduardo Prado Coelho, Albano Matos, Mário Bettencourt Resendes, Luis Costa, Eduardo Cintra Torres, José Vítor Malheiros, Vicente Jorge Silva, José Carlos de Vasconcelos, Rui Rangel, João Mário Grilo, Rui Santos (a maior parte destas peças encontram-se disponíveis aqui no site, no dossier sobre a “controvérsia” provocada pelo livro *Sob o Signo da Verdade*) que, a um ritmo e com uma qualidade incontornáveis, impuseram um debate onde ela só sonhava com censura.

Foi neste contexto que, respondendo a um insistente convite, decidi aceitar dar uma entrevista ao *Expresso*. A entrevista foi pedida pela Cristina Figueiredo, a insistência foi da Cândida Pinto e do Henrique Monteiro, o objectivo era uma desenvolvida conversa sobre os temas do meu livro para a revista *Única*. Depois de aceites as minhas condições - que tinham a ver com a garantia de uma publicação fiel das minhas ideias e posições - foi-me pedido que fizesse uma fotografia com os meus três filhos para a capa da dita revista. A minha liminar recusa dessa pretensão, que me pareceu absurda para não dizer provocatória, levou a que a entrevista deixasse de ter interesse para a *Única*, e passasse para o primeiro caderno do jornal. E depois de feita a entrevista (pelo Fernando Diogo, que entretanto substituiu a Cristina Figueiredo), a sua publicação - talvez porque ela não correspondesse algumas expectativas - acabou por ficar pelo *Expresso on-line*... Foi uma conversa difícil, mas que me permitiu insistir no que me parecia essencial no debate então em curso.

Na televisão, entretanto, as coisas também se alteraram. A Judite Sousa tinha-me convidado para, no próprio dia do lançamento do livro, ser entrevistado na sua «Grande Entrevista», na RTP. A entrevista correu bem, pude explicar o carácter testemunhal e a intenção cívica e política do meu livro que, obviamente, eu sabia que ia ser alvo de todas as tentativas de desvalorização pelo prisma subjectivo do “mau perder”, modo absolutamente previsível de os visados pelas minhas críticas e análises procurarem escapar ao seu conteúdo político.

É que, como a propósito bem observou José Saramago no curto mas incisivo texto publicado na contra-capa do livro, a história ditada pelos vencedores é sempre parcial, mas

ela só se impõe porque os vencidos se calam, deixando cair sobre «as omissões e tergiversações da história oficial (...) um pudico véu». Desta vez, contudo, não foi assim... e foram muitos os que, manifestamente, tiveram dificuldade em recompor-se da surpresa.

Também na *RTPN*, nomeadamente nos debates do «Choque Ideológico», se abordou o livro: enquanto José Manuel Mendes fazia uma intervenção notável e Helena Matos destacava o contributo do meu livro para o debate sobre algumas falhas graves do nosso jornalismo, Rita Lobo Xavier e Ivan Nunes engrossavam a procissão dos irresponsáveis comentadores que falam do que não conhecem, e opinam sobre o que não leram...

Depois, no dia 18, fui ao «Jornal das 9» da *SicNotícias*, onde não entrava desde Setembro de 2005, e me esperava uma forte reacção da nomenclatura dominante. Mas ao fim de uma conversa que foi sendo esticada dos dez minutos inicialmente previstos para cerca de meia-hora, Mário Crespo soçobrou empapado em suor corporativo à evidência dos factos e ao peso dos argumentos apresentados. Por fim, o «Prós e Contras», até à data o mais visto de sempre (comigo, o Emídio Rangel, o Ricardo Costa e o José Pacheco Pereira) permitiu evidenciar as características do mau jornalismo que hoje se pratica, ao exhibir os golpes baixos de Ricardo Costa que, com a sua deplorável rendição às mais vulgares exigências da informação/espectáculo, conseguiu mesmo perder o “aliado” que na ocasião lhe tinha oferecido... E que permitiu a percepção “em directo”, nas imagens apresentadas neste programa, do golpe “pelas costas” que permitiu fazer do (não)aperto de mão, o grande caso das autárquicas de 2005.

3.

MANIPULAÇÃO E SECTARISMO

Estou convencido que a recepção que os media reservaram a *Sob o Signo da Verdade* pode dar, deverá certamente dar um dia, origem a estudos e análises que poderão vir a traçar, de um modo mais rigoroso, o retrato do estado actual da nossa comunicação social. Por mim, basta-me o que aqui reporte – e passarei agora a um terceiro ponto, que é talvez o mais importante.

O meu livro é, como já disse, um testemunho, ele relata uma experiência, e fá-lo com uma indicação minuciosa das situações e dos nomes nela envolvidos, com o cuidado de citar sempre, e entre aspas, aquilo a que me refiro. E em relação a tudo isso, não foi até hoje

feito nenhum desmentido do que eu conto no livro. Ele é, por isso, diferentemente do que muitas vezes tem sido dito, o contrário da denúncia de uma conspiração, ou da sugestão de uma cabala. Ele aponta, o que é muito distinto, para a existência de uma “campanha negativa”, que, como se sabe, é um estratagema político-mediático bem conhecido que obedece a regras testadas de ataque insidioso a uma candidatura.

No meu livro aponto factos e nomes, descrevo acontecimentos e episódios. E, repito, nenhum foi até agora desmentido. Por isso é que a tática dos visados foi a de desvalorizarem o conteúdo do livro, ligando-o aos resultados eleitorais de Lisboa, como se a derrota, em democracia, desqualificasse uma pessoa ou o seu testemunho, fazendo incidir sobre ela uma espécie de impedimento, uma cláusula de censura que lhes seria tão conveniente... Como se fosse possível, como observou José Vitor Malheiros, varrer tudo o que incomoda para debaixo do tapete. Mas não, como ele diz, e bem, nada «pode justificar o enviesamento na apresentação de factos por parte de jornalistas, nem a mistura de opinião em peças apresentadas como noticiosas, nem a duplicidade de critérios» (*Público*, 23/05/06).

O mau jornalismo gostaria que, contrariamente ao que afirma J.V.Malheiros, isso fosse possível, que se pudessem ignorar os factos, os nomes e os acontecimentos, repondo sobre si um protector manto de impunidade. É por isso que ele actua sempre de um modo simultaneamente **desviado, esquivo e desleal**: quando não pode atacar a obra, atira-se ao homem; quando não é capaz de discutir as ideias, inventa questões de carácter; quando não consegue desmentir os factos, cria alarido.

Mas o mais interessante de tudo isto, é não só que não houve desmentidos, como houve, já depois da publicação de *Sob o Signo da Verdade*, inúmeras confirmações do retrato apresentado. Umas indirectas, como a extraordinária “manchete” do *DN* de 25 de Maio, em que se anunciava para o dia seguinte uma entrevista com o Prof. Azeredo Lopes, Presidente da Entidade Reguladora da Comunicação Social, e onde se dizia, e cito, que o «regulador condena acusações de Carrilho». E onde, no dia seguinte, não se encontrava uma só palavra de que desse consistência do título da véspera, agora substituído por um título bem mais anódino ...«da não-regulação ao desejo da hiper regulação»!...

Mas outras confirmações foram bem mais directas, como aconteceu com o comunicado do Sindicato dos Jornalistas, de 26 de Maio, que, depois de sublinhar a pertinência de várias

das minhas análises (nomeadamente sobre a “redacção única” para que se tende no nosso país) me exortava a continuar o meu combate pelo bom jornalismo, apresentando-me cinco desafios que, indubitavelmente, estão no nosso horizonte mais imediato.

Estas ideias podem ler-se no comunicado do Sindicato dos Jornalistas - que, note-se, foi um comunicado conjunto do Conselho Deontológico e da Direcção do Sindicato - , mas que certamente poucos as conhecem, porque a generalidade (senão mesmo a totalidade) da comunicação social o ignorou olímpicamente, mostrando não só a contumácia da matilha de Gresham mas, também, o medo e a desorientação com que viveram este momento .

Em suma : três semanas *sob o signo da verdade* bastaram para o diagnóstico sobre o estado do nosso jornalismo se tornar claro aos olhos da maioria dos portugueses: a comunicação social portuguesa é hoje, em boa medida - e apesar de muitas honrosas excepções - o frequente instrumento, não de informação mas de **manipulação**, não de emancipação mas de **condicionamento**, não de isenção mas de **sectarismo**.

Por isso, se há mérito que reclamo para o meu *Sob o Signo da Verdade*, é o de ele ter tido efeitos de verdade sobre o nosso espaço público, e de, assim, ter contribuído para que a discussão sobre este tema se faça abertamente, não em simulacros mais ou menos corporativos, com tantos gostariam que acontecesse!

4.

QUANDO O QUARTO PODER SE TORNA NO PRIMEIRO

O ponto é este: a era da mercantilização está, como tantos agora o reconhecem, a tornar inviável o bom jornalismo, a empurrá-lo para a valeta. E o problema não é apenas o das agências de comunicação, ao contrário do que entretanto muitos sugeriram, ao mesmo tempo que se agachavam atrás delas, a ver se “isto” passava e tudo continuava na mesma. Tal não parece, felizmente, possível: como finalmente observou José Medeiros Ferreira, com a publicação de *Sob o Signo da Verdade*, foi «a idade da inocência» em relação à comunicação social portuguesa, que acabou. A confirmá-lo temos, de resto, as declarações do responsável de uma das principais agências de comunicação, L.Paixão Martins, que se apressou assumir - como se se tratasse da principal lição a tirar do que ele chamou “o

episódio Carrilho”- a necessidade de um «Código de Ética da Disciplina de Assessoria Mediática» (cf. *Público*,03/10/06)

O que agora se torna urgente, é tirar, como diz Medeiros Ferreira, todas as consequências desse facto, percebendo que a «comunicação e os jornalistas ocupam nos nossos dias o espaço de influência sobre a opinião outora exercida pela Igreja e seus sacerdotes. Por isso a nossa sociedade é uma sociedade de comunicação sem réplica assegurada. As tiranias começam assim» (*Diário de Notícias*, 16/05/06) É pois numa linha reformista, que vise revitalizar a nossa democracia e que tenha como objectivo clarificar o poder e a responsabilidade dos media, que é preciso actuar.

Vivemos hoje numa sociedade em que, como todos permanentemente vemos e sentimos, os media passaram de 4º para 1º poder. Mas em que, ao contrário do que acontece com os outros poderes, o exercício da sua actividade se faz num registo de opacidade e de impunidade que não são toleráveis nem aceitáveis.

É bom lembrar aqui que, no que se refere à questão da legitimidade da sua actividade, o jornalismo se encontra - em contraponto com a indiscutível legitimidade dos políticos, decorrente de eleições - numa situação cada vez mais débil, e tanto mais débil quanto mais se generalizar a mercantilização da informação e a concentração da propriedade no sector. Neste contexto, para estimular e fortalecer o bom jornalismo, é preciso aumentar a responsabilização dos que exercem esta actividade: só com mais responsabilidade se caminhará no sentido de mais qualidade. E isso hoje só será possível se for criado um quadro de transparência, análogo ao que já enquadra os outros poderes.

A auto-regulação é sem dúvida, nestas matérias, a solução mais desejável. Mas não é aconselhável, em nome desse belo ideal cada vez mais estropiado pela realidade do nosso dia-a-dia, que nada se faça no âmbito da regulação. E, afinal, que melhor garantia se pode ter da isenção daqueles que permanentemente reclamam mais transparência, do que a de darem eles próprios o exemplo dessa mesma transparência? E que melhor modo de credibilizarem o escrutínio a que permanentemente procedem, do que prestarem-se eles próprios também a esse escrutínio, por parte dos cidadãos que eles garantem querer servir? Estou certo que o mau jornalismo, o da negligência e do jogo sujo, o da incompetência e da manipulação dos cidadãos, só sobrevive porque há um biombo que esconde a mão que o estimula e o alimenta, à revelia do conhecimento de todos. É pois necessário acabar com

esta opacidade, é urgente criar novas condições para o exercício, responsável e transparente, do jornalismo.

5.

PROPOSTAS

Nesse sentido, sinto como meu indeclinável dever, na linha do debate suscitado pela publicação do meu livro *Sob Signo da Verdade*, apresentar um pequeno pacote de ideias que ajudem a combater com eficácia a opacidade e a impunidade mediáticas, e que favoreçam a transparência nas diversas actividades da comunicação social.

Esse pacote é constituído por **três propostas** e **um voto**. As propostas são as seguintes: em primeiro lugar, que os jornalistas, para lá das incompatibilidades já estabelecidas na lei, passem a ser obrigatoriamente sujeitos a declaração pública de rendimentos e de património, bem como ao registo público de interesses.

(Obrigatoriedade que, em modalidades específicas a ponderar, se deve também alargar aos comentadores regulares e remunerados da comunicação social, na imprensa, na rádio e na televisão.)

Em segundo lugar, que se criem mecanismos sancionatórios efectivos das más práticas do jornalismo, que punam, com eficácia, as violações do seu Código Deontológico.

Em terceiro lugar, a minha proposta é que, quanto às “agências de comunicação”, se regulamentem com rigor as suas actividades, em particular na sua vertente informativa, com o estabelecimento de um «código de conduta» muito claro, bem como das sanções da sua transgressão.

Por fim, faço **um voto**, que tem a ver com as atribuições e competências da «Entidade Reguladora da Comunicação Social», de quem se aguardam com impaciência sinais, senão de vitalidade, pelo menos de existência!...Para lá de tudo o que diz respeito à matéria suscitada pelo meu livro (em relação à qual a ERC se pronunciou na sua “nota de imprensa” de 25/05/06), o meu voto tem a ver com o cumprimento da lei em tudo o que diz respeito ao direito dos cidadãos a uma informação isenta e pluralista, e muito particularmente com a situação deste direito na prática quotidiana dos operadores televisivos. Ora, neste particular, a ERC não pode, a meu ver, continuar a ignorar, nem o carácter **fraudulento** da transformação de canais generalistas em canais na verdade

monotemáticos de entretenimento, com o quase desaparecimento ou a desfiguração - em horário nobre - da informação, como tem vindo a acontecer, e acentuar-se, no nosso país, com gravíssimos e persistentes atentados ao direito dos cidadãos à informação; nem o carácter **reductor, parcial, frequentemente sectário**, dos chamados «comentadores», sobretudo dos que pontificam nas televisões generalistas.

Trata-se de situações sem precedente na União Europeia, e de que só encontramos paralelo em alguns países terceiro-mundistas. Trata-se ainda de situações da maior opacidade, que é legítimo pensar que se espaldam em interesses ocultos e alimentam nebulosas ambições pessoais. E que ainda por cima agora se replicam a si mesmos na imprensa, parecendo-se cada vez mais com um novo tipo de agências de comunicação, ou mais exactamente, de **“agências de influência”**, claramente atentatórias da transparência, da isenção e do pluralismo que devem observa-se em democracia.

Tenho consciência de que este é, dada a gravidade da situação no sector, um conjunto de propostas talvez modesto. Mas ele configura, a meu ver, um **pacote contra a impunidade e a opacidade mediáticas**, que, se adoptado, poderá abrir uma nova era no jornalismo português: a de um jornalismo mais responsável, mais isento e mais plural.

(Lisboa, 11/11/2006)